



# JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIACHO DOS CAVALOS/PB

IMPrensa Oficial do Município de Riacho dos Cavalos

ANO XL

Publicação Semanal

Sexta Feira, 29 de Julho de 2016.

EDIÇÃO EXTRA

ATOS DO PODER LEGISLATIVO



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS

Pça Aristides Batista da Mota, S/n – Centro – Riacho dos Cavalos/PB

RIACHO DOS CAVALOS – PODER LEGISLATIVO – CÂMARA MUNICIPAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Maio/2015 a Abril/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

	DESPESAS EXECUTADAS	
	Mai/2015 a Abril/2016	
	LIQUIDADAS	
	(a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	353.804,89	
Pessoal Ativo	353.804,89	
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização	0,00	
DESPESAS NÃO COMUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	
Decorrentes decisão judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
Despesas de exercícios anteriores de períodos anteriores ao de apuração	0,00	
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	
Convocação extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	
<b>DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>353.804,89</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	6.121.332,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	353.804,89	5,78
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	367.279,92	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	330.551,93	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS

Pça Aristides Batista da Mota, S/n – Centro – Riacho dos Cavalos/PB

RIACHO DOS CAVALOS – PODER LEGISLATIVO – CÂMARA MUNICIPAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Jul/2015 a Jun/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

	DESPESAS EXECUTADAS	
	Jul/2015 a Jun/2016	
	LIQUIDADAS	
	(a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	425.034,77	
Pessoal Ativo	425.034,77	
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização	0,00	
DESPESAS NÃO COMUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	
Decorrentes decisão judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
Despesas de exercícios anteriores de períodos anteriores ao de apuração	0,00	
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	
Convocação extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	
<b>DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>425.034,77</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	9.696.498,61	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	425.034,77	4,38
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	581.789,92	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	552.700,42	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	523.610,92	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

c) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.  
d) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

EXPEDIENTE

Jornal Oficial do Município

Lei nº 174/76, de 27 de janeiro de 1976 – Lei 394/95, de 18 de março de 1995.

Distribuição Gratuita – Prefeito – Joaquim Hugo Vieira Carneiro